

REQUERIMENTO Nº DE - CE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e analisar, em função do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 e dos cortes nos recursos direcionados à área educacional, os desafios para o funcionamento das instituições federais de ensino superior em 2022, bem como a situação dos bolsistas da pós-graduação no Brasil.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Fábio Guedes Gomes, da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP);
- o Senhor Marcus Vinicius David, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES);
- o Senhor Renato Janine Ribeiro, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

JUSTIFICAÇÃO

A educação superior brasileira passa por momento bastante complicado. Como se não bastassem os desafios já existentes, relacionados, por exemplo, ao retorno às aulas presenciais e à necessidade de acolher os estudantes, recompor aprendizagens e reestabelecer rotinas didáticas e processos de ensino, há ainda uma séria ameaça em termos orçamentários.

Em comunicado divulgado em maio, o Ministério da Educação (MEC) informou as instituições federais de educação superior que haveria um bloqueio de



R\$ 3,23 bilhões no orçamento direcionado à Pasta, com redução de 14,5% no total de recursos de uso discricionário dessas instituições e impacto linear, atingindo, por exemplo, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Posteriormente, houve notícias de que 50% desse bloqueio foi revertido.

Em que pese essa reversão, importa considerar que a área educacional já está bastante castigada: o orçamento de 2022 para o funcionamento das atividades das universidades federais, previsto na Lei Orçamentária, é de R\$ 5,3 bilhões, já bastante reduzido em relação ao de 2019, que previa R\$ 6,2 bilhões. Assim, ainda que o contingenciamento seja de 7,2%, essas instituições só contarão com R\$ 4,9 bilhões para dar conta de todas as despesas de custeio, o que, segundo nota divulgada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), pode inviabilizar o próprio funcionamento das instituições federais de ensino e a possibilidade de fechar as contas, que incluem despesas com restaurantes universitários, energia elétrica, água, segurança, manutenção e limpeza.

Importa, portanto, discutir qual é o impacto desses cortes para a educação e a pesquisa no País, sinalizando a relevância de se garantir de forma mais efetiva os recursos da área educacional, que têm sido objeto não somente de cortes, mas também de má gestão, com fortes indícios de corrupção, conforme operação Acesso Pago, recentemente deflagrada pela Polícia Federal, que culminou com a prisão, entre outros, do ex-Ministro da Educação Milton Ribeiro.

Em função do exposto, solicitamos aos nobres Pares apoio para a aprovação deste Requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e analisar, em função do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 e dos cortes nos recursos direcionados à área educacional, os desafios para o funcionamento das instituições federais de ensino superior em 2022, bem como...

Sala da Comissão, de de .

Senador Marcelo Castro
(MDB - PI)

